



MOBILIDADE DE IMIGRANTES VENEZUELANOS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA SUL-OCIDENTAL E O PROCESSO DE (R)EXISTÊNCIA EM TEMPOS DE COVID-19: o caso dos Warao na cidade de Rio Branco (AC)¹

Dival Vieira de Araújo Neto ²
José Alves ³

RESUMO

O presente texto tem como objetivo abordar a dinâmica migratória dos venezuelanos indígenas Warao no Estado do Acre, juntamente com as mobilidades realizadas no período de pandemia de Covid-19, o processo de abrigamento implantado pelo governo estadual, o perfil dos indígenas Warao abrigados e as estratégias de (r)existência na cidade de Rio Branco. A metodologia desta investigação foi guiada na fundamentação teórica da Geografia do Trabalho, possuindo uma abordagem qualitativa e os procedimentos de investigação incorporam a pesquisa bibliográfica, documental de instituições públicas e da sociedade civil, através de leituras de diversos autores que pesquisaram os Waraos no Brasil e na Venezuela. Outra atividade realizada foi os trabalhos de campo na capital Rio Branco para as entrevistas e o mapeamento das rotas dos migrantes, através do Software Qgis. Portanto, esta pesquisa trouxe reflexões a respeito das mobilidades espaciais e os condicionamentos históricos, econômicos e sociais do fenômeno Warao para o Brasil e no estado do Acre para situar sua dinâmica espacial e sociais. Isso permitiu refletir as repercussões gerais na região, desde as rotas utilizadas, as estratégias de (r)existência e as políticas executadas pelo estado e redes de apoio aos imigrantes.

Palavras-chave: Warao, Mobilidade, (r)existência, Covid-19, Rio Branco.

RESUMEN

Este texto tiene como objetivo abordar la dinámica migratoria de los indígenas Warao venezolanos en el Estado de Acre, junto con la movilidad realizada durante el periodo de pandemia Covid-19, el proceso de acogida implementado por el gobierno estatal, el perfil del pueblo indígena Warao acogido y las estrategias de (r)existencia en la ciudad de Rio Branco. La metodología de esta investigación está guiada por los fundamentos teóricos de la Geografía del Trabajo, teniendo un enfoque cualitativo y los procedimientos de investigación incorporan investigaciones bibliográficas y documentales de instituciones públicas y de la sociedad civil, a través de lecturas de varios autores que investigaron a los Waraos, en Brasil y en Venezuela. Otra actividad realizada fue trabajo de campo en la capital Rio Branco para entrevistas y mapeo de rutas de migrantes, utilizando el Software Qgis. Por lo tanto, esta investigación trajo reflexiones sobre las movilidades espaciales y el condicionamiento histórico, económico y social del fenómeno Warao a Brasil y al estado de Acre para situar su dinámica espacial y social. Esto permitió reflejar las repercusiones generales en la región, desde las rutas utilizadas, las estrategias de (r)existencia y las políticas implementadas por el Estado y las redes de apoyo a los inmigrantes.

¹ O presente trabalho é resultado das reflexões desenvolvidas na dissertação de Mestrado defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Acre (PPGeo/Ufac), ano de 2023.

² Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-graduação Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Acre-Ufac, divalnetto@hotmail.com

³ Docente dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre – Ufac. Tutor do Grupo Pet Geografia, jose.alves@ufac.br

Palabras clave: Warao, Mobilidad, (r)existencia, covid-19, Rio Branco.

INTRODUÇÃO

No ano de 2020, mais precisamente no mês de março, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou que o vírus SARCOVS-2 era o responsável pelo início da pandemia de Covid-19. Isso alterou a dinâmica do mundo e os imigrantes que estavam em mobilidades também foram afetados, pois nesse período de pandemia gerou incertezas como a possibilidade de contaminação, e para os que estavam no Brasil se iriam receber algum benefício governamental e se continuariam deslocando para outros destinos.

A pandemia alterou toda a dinâmica migratória dos indígenas venezuelanos do povo Warao, que já estavam “fugindo” de uma crise socioeconômica, política e humanitária de seu país de origem. O primeiro registro oficial de presença em território brasileiro foi já a partir do ano de 2014 e nos anos seguintes, com o agravamento dessas crises da Venezuela, os Warao continuavam/continuam realizando a mobilidade transfronteiriça para o Brasil, através dos estados de Bolívar/VEN e Roraima/BRA e assim seguindo para os diversos estados brasileiros.

Dessa forma, após cinco anos do registro em território brasileiro dos primeiros grupos de Warao no estado de Roraima, e com o avanço das mobilidades para os demais estados do território nacional, chegavam os primeiros grupos na capital Rio Branco, no Estado do Acre no mês de setembro de 2019. Com a pandemia de Covid-19, associada a chegada de novos grupos familiares Warao, o governo estadual após pressão de instituições civis e governamentais os alojaram em abrigos provisórios na capital.

Temos que ressaltar que com a crise na Venezuela, no século XXI, os Warao já estavam em processo de migração interna, por causas dos interesses externos que contribuíram com os processos de expropriação e gerou as migrações dos territórios originários para os centros urbanos venezuelanos, a partir da segunda metade do século XX.

Este texto tem como objetivo abordar a dinâmica migratória dos venezuelanos indígenas Warao no Estado do Acre, juntamente com as mobilidades realizadas no período de pandemia de Covid-19, o processo de abrigamento implantado pelo governo estadual, o perfil dos indígenas Warao abrigados e as estratégias de (r)existência na cidade de Rio Branco.



METODOLOGIA

A metodologia desta investigação foi guiada na fundamentação teórica da Geografia do Trabalho, além de uma abordagem qualitativa. Os procedimentos de investigação incorporam a pesquisa bibliográfica, documental de instituições públicas e da sociedade civil, através de leituras de diversos autores que pesquisaram os Waraos no Brasil e na Venezuela. Outra atividade realizada foi os trabalhos de campo na capital Rio Branco para as entrevistas e o mapeamento das rotas dos migrantes, o que ocorreu com o uso do *Software Qgis*. As entrevistas ocorreram com imigrantes venezuelanos Warao, os quais representavam os grupos familiares, e com dois servidores de instituições governamentais e dois voluntários de instituições da sociedade civil que estiveram no apoio aos indígenas em território acreano.

REFERENCIAL TEÓRICO

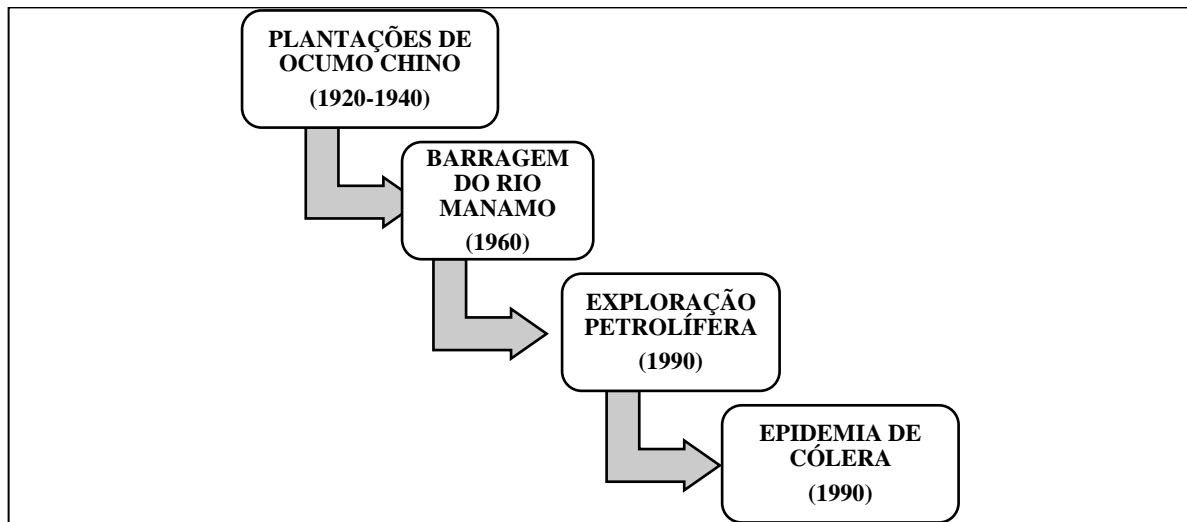
Os indígenas Warao são considerados o povo mais antigo da Venezuela e se autodenominam “povo da canoa”. Suas atividades econômicas estão relacionadas a trabalhos de origem primária como a agricultura, pesca e a retiradas de matérias primas como a madeira e o buriti (Garcia-Castro, 2006). Esse povo é a segunda maior população indígena do país⁴.

Como nos demais países da América, as intervenções externas no seu território originário partem desde a colonização europeia, chegando ao século XX e XXI com os governos e seus modelos de “desenvolvimento” que foram e são agentes transformadores dos territórios indígenas.

Trazendo o recorte espacial para o século XX é muito importante para discutir o(s) processo(s) de expropriação gerado para os Warao, onde seus territórios originários foram alterados, propiciando mudanças no seu modo de vida, desde laboral, como também as próprias mobilidades espaciais, que foram se transformando conforme as dificuldades financeiras encontradas. Temos na figura 01 quatros momentos históricos que são considerados por muitos estudiosos como impactantes na vida dessas pessoas, pois gerou a migração interna considerada forçada.

⁴ Segundo o último censo demográfico realizado na Venezuela, em 2011, os Warao, possuíam o quantitativo de 48.771 pessoas ou 6,7% da população indígena. (INE, 2011).

Figura 01: Periodização do processo de expropriação dos Warao em seu território de origem no século XX



Org. pelo autor (2022).

O primeiro “evento” foi o cultivo de Ocumo chino “(*Colocasia esculenta*) que é uma variedade de tubérculo, que passou a compor a dieta do grupo a partir da década de 1920 por influência dos missionários católicos, substituindo parcialmente o consumo de *yuruma*, a fécula do buriti” (Rosa, 2020, p. 24). E para os Warao foi muito prejudicial essa substituição de cultivo, pois os locais foram tomados pelos não-indígenas, e assim gerou uma escassez de alimentos nos territórios originários. Deste modo, iniciou o êxodo para outras regiões do delta e/ou para os núcleos urbanos da Venezuela.

Heinen e Gomez (1996) abordam que o Buriti (*Mauritia flexuosa*) é abundante no Delta e é essencial para cultura dos Warao, pois é utilizado de muitas maneiras, desde matéria-prima para vários tipos de alimentos, como por exemplo a farinha, além de fornecer material para o artesanato, que é outra estratégia de obtenção de seu “ganha-pão”.

O Ministério Público Federal (2017) destaca que foi a partir dessa situação de substituição dos buritizais que uma parcela da população Warao ingressou no trabalho assalariado, onde tiveram que sair de seus territórios originários e servir de mão-de-obra em indústrias alimentícia. Entretanto, a mobilidade continuava para outros locais devido à escassez de alimentos que encontraram.

No caso da construção do dique/barragem no rio Manamo, na década de 1960, era parte do projeto de desenvolvimento nacional, no qual o governo venezuelano tinha o objetivo de fomentar a agricultura do estado de Delta Amacuro para se tornar “el principal abastecedor de agroalimentos para la Guayana venezolana, entonces en franco proceso de crecimiento

industrial y demográfico”(Garcia-Castro; Heinen, 1999, p. 3)⁵. Além disso, previa ligar a capital Tucupita (capital do Estado de Delta Amacuro).

Já no acontecimento da exploração petrolífera, temos que ressaltar que o país é líder mundial quando o assunto é reservas de petróleo e, a partir da lógica capitalista, a exploração é uma consequência, pois a Venezuela é muito dependente dessa *commodities*. Assim, na década de 1990 foram implantados novos empreendimentos na região, que posteriormente, contribuiria para a geração de novas migrações indígenas.

Sobre a epidemia Cólera dos anos 1990, mais precisamente entre 1991 e 1992, “[...] una epidemia de cólera en Venezuela dejó un saldo de alrededor de 500 muertos entre la población Warao” (Lafée-Wilbert; Wilbert, 2008, p. 89)⁶, sendo que várias áreas foram praticamente dizimadas. “Não havia clínicas, missões ou escolas, nem escritórios de governo, nem comércios quando a epidemia começou. Tampouco havia médicos disponíveis para tratar os pacientes ou para explicar o que estava acontecendo” (Briggs; Mantini-Briggs, 2004 *apud* Rosa, 2020, p. 86).

Rosa (2020) argumenta que a prática de coleta nos núcleos urbanos tem associação com a tragédia da epidemia, pois:

A prática de pedir dinheiro nas ruas – talvez o principal sinal diacrítico da cultura Warao no meio urbano – ocorre de forma sistemática desde o início da década de 1990, quando, em virtude de uma epidemia de cólera que acometeu cerca de 500 Warao, um grupo de indígenas se organizou para ir até San Félix solicitar assistência governamental. (Rosa, 2020, p. 97).

Desse modo, todos esses processos geraram a mobilidade espacial para os núcleos urbanos venezuelanos, onde os Warao tiveram que se adaptar as novas realidades, pois, a cada ciclo do processo de expropriação e estratégias foram se modificando. Mesmo com as estratégias, os impactos sociais eram inevitáveis, desde as doenças como a epidemia de cólera, como trabalhos que não executavam anteriormente.

Segundo Garcia-Castro (2000), Rosa (2020) e Xavier (2021) a migração Warao na Venezuela teve três grandes fluxos, iniciando as mobilidades espaciais, saindo dos territórios originários com destino para as cidades do Delta Amacuro e estados vizinhos como Bolivar e Monagas. Essas cidades estão localizadas ao longo da bacia do rio Orinoco. O segundo

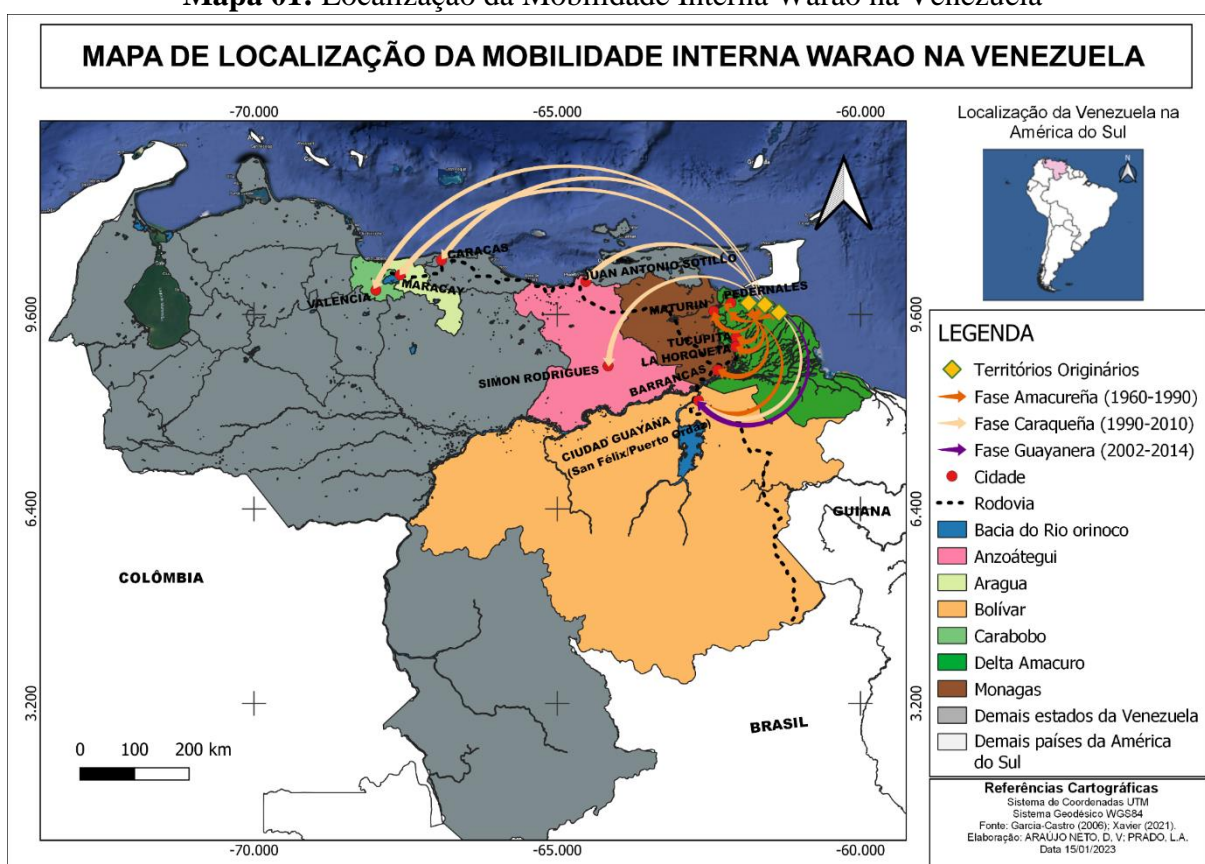
⁵ O principal fornecedor de agroalimentar para a Guayana venezuelana, então em claro processo de crescimento industrial e demográfico. (Garcia-Castro; Heinen, 1999, p. 3). (Tradução livre).

⁶ "Entre 1991 e 1992, uma epidemia de cólera na Venezuela deixou um saldo de cerca de 500 mortes entre a população Warao" (LAFÉE-WILBERT; WILBERT, 2008, p. 89). (Tradução Livre).



momento, que é considerado o mais longínquo, foi a saída das cidades de Delta Amacuro com destino a capital do país, Caracas. Já o terceiro momento é o deslocamento do estado de Delta Amacuro para o estado de Bolívar, mais precisamente para a cidade de Guayana, que está localizada na bacia do rio Orinoco, sendo que o estado de Bolívar possui fronteira com o Brasil e se tornou o local da mobilidade transfronteiriça dos Warao no século XXI. Assim, temos no mapa 01 a espacialização da mobilidade interna na Venezuela até 2014, ano do primeiro registro oficial de presença Warao em território brasileiro.

Mapa 01: Localização da Mobilidade Interna Warao na Venezuela



Fonte: Garcia-Castro (2006); Rosa, (2020); Xavier (2021). Org. pelo autor.

A mobilidade espacial para o Brasil se tornou mais um capítulo na história de migração para os indígenas Warao, mesmo sofrendo o processo de expropriação de seus territórios, mas ainda estavam em seu país, e quando a crise socioeconômica, política e humanitária os “forçaram” a realizar movimento transfronteiriço, trouxe novos desafios, pois é um novo território, com leis, língua e costumes diferentes.

O Ministério Público Federal de Roraima (2017) abordou as principais motivações para os indígenas estarem se deslocando para o Brasil:

Os Warao afirmam que estão se deslocando ao Brasil em busca de alimentos (‘porque aqui tem muito e lá não tem!’), de trabalho, fixo ou temporário e de dinheiro (que buscam auferir por meio da venda de artesanato, dos pedidos de doações e de pequenos serviços – como engraxates ou vendedores de picolé, no caso dos homens). Eles buscam também acesso à saúde, pois muitos chegam machucados e/ou com crianças doentes ou após perda de filhos, ao mesmo tempo em que parecem temer e resistir à aproximação de médicos e enfermeiras, como nos foi narrado em Pacaraima. (Brasil/MPF, 2017, p.18-19).

O ano de 2014 é quando ocorreram os primeiros registros de Warao em solo brasileiro e ao passar dos anos a crise aumentou e, conseqüentemente, a emigração se intensifica naquele país. Esse cenário fez com que milhares de Waraos que estavam temporariamente no estado de Roraima se deslocassem para outros estados da região Norte do Brasil como Amazonas, Pará, Rondônia e Acre e, posteriormente, para outros estados brasileiros.

Xavier (2021) aborda como foi o “início” da entrada dos Warao no estado de Roraima.

Conforme catalogado pelas autoridades brasileiras à época, o primeiro contingente de Waraos chegou à Roraima ainda no ano de 2014, principalmente nas cidades de Pacaraima e Boa Vista. Foi somente em 2016, contudo, que o contingente formado principalmente por mulheres adultas e anciãs, acompanhando crianças pequenas e de colo, passou a se concentrar nos semáforos do centro de Boa Vista. Sua presença foi, desde logo, notada com destaque, sobretudo em razão da vestimenta peculiar que as mulheres usavam (vestidos feitos de tecidos rústicos e com estampas floridas e em cores vivas), das peças simplórias de artesanato que ocasionalmente ofereciam à venda, e o modo aparentemente rude com que pediam e recolhiam esmolas. (Xavier, 2021, p. 389).

No ano de 2018 ocorreu a militarização do acolhimento devido a Operação Acolhida, com apoio da Acnur, para os Warao, mas também dos demais patriotas venezuelanos. Com isso, teve a criação de dois abrigos no estado de Roraima, sendo um na fronteira, no município de Pacaraima, o denominado “Janokoida”, que na língua Warao significa “Casa Grande”. O outro foi na capital Boa Vista, mais precisamente no bairro Pintolândia, e nesses abrigos também eram acolhidos os venezuelanos não indígenas “criollos” e por causa da lotação dos abrigos e dentre outros motivos, os Warao seguiram viagem para os estados brasileiros.

Rosa (2020) aborda o seguinte ponto sobre a rede Warao:



A mobilidade Warao, desde o princípio, organizou-se por meio de redes de relações sociais estabelecidas mediante vínculos de parentesco, de amizade e de conterraneidade. Através dessas redes, circulam pessoas, bens (artesanato, alimentos, roupas, dinheiro), informações/referências (tanto de lugares como também de pessoas) e saberes, inclusive, espirituais. Os novos destinos são decididos com base nesse levantamento de informações: quando se interessam por alguma cidade, seja por ouvirem alguém comentar ou por terem visto algo na televisão, iniciam essa busca por informação, perguntando sobre a distância, meios para o deslocamento, possibilidade de trabalho, clima etc. (Rosa, 2020, p. 270).

Assim, após cinco anos dos primeiros registros oficiais de mobilidade de indígenas em território nacional, chegam no estado do Acre, na capital Rio Branco, os primeiros grupos de indígenas Warao, no segundo semestre de 2019, mais precisamente no final do mês de setembro e início do mês de outubro, há poucos meses da pandemia de Covid-19. E essa mobilidade representa “A dinâmica de mobilidade Warao, vem se acentuando a partir de 2019, quando os deslocamentos se tornaram mais intensos e se expandiram para além das fronteiras nacionais” (Belik, 2022, p. 115).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para abordar a mobilidade espacial venezuelana na Amazônia Sul Ocidental, no caso mais específico o estado do Acre, temos que separar os imigrantes venezuelanos em dois grupos:⁷ a) os não indígenas (*criollos*)⁸; e b) os indígenas do povo Warao. Os dados oficiais do governo do estado do Acre (2022) disponíveis sobre a entrada dos “não indígenas” em solo acreano é a partir do ano de 2016, já os indígenas Warao chegaram no final do segundo semestre do ano de 2019, a poucos meses da pandemia da Covid-19.

Podemos analisar a rota dos venezuelanos para chegarem ao Estado do Acre em duas principais, sendo: a primeira vindo pela Colômbia, país que faz fronteira com a região oeste venezuelana, seguindo por Equador, depois se deslocam para o Peru e assim chegam na cidade de Assis Brasil, primeira cidade brasileira na fronteira acreana. Essa rota tem certa facilidade de tráfego de mercadorias e pessoas por causa da infraestrutura rodoviária e o encadeamento por cidades gêmeas. A segunda rota é pelo Estado de Roraima, que faz fronteira com a Venezuela, utilizando as rodovias federais os imigrantes venezuelanos não indígenas seguem

⁷ Essa separação metodológica ocorre principalmente pelas especificidades de cada grupo e da forma de acolhimento institucional das três esferas governamentais, e pelo apoio das instituições organizadas da sociedade civil que realizou a partir da chegada desses migrantes em terras acreanas.

⁸ “Na Venezuela, *criollo* é toda pessoa que não seja indígena”. (Rosa, 2020, p. 27).

para as capitais dos estados do Amazonas e de Rondônia, depois se deslocam pela BR-364 até chegarem à capital acreana, Rio Branco, conforme espacializado no mapa 02.

Mapa 02: Rotas dos venezuelanos para chegar ao estado do Acre



Fonte: Org. pelo autor

Nosso enfoque são os indígenas venezuelanos Warao que seguiram essa segunda rota (VEN-RR-AM-RO), principalmente, por causa da localização geográfica que facilita a mobilidade por via terrestre. Já em território acreano fixam residência na região central de Rio Branco e para se manterem financeiramente, recorreram a coleta — que para a nossa sociedade é considerado mendicância —, mas para os indígenas venezuelanos Warao é associada a uma forma de trabalho, como as coletas de frutas e materiais para elaborar utensílios de trabalho nos territórios originários.

Sobre a mobilidade espacial da Venezuela até a cidade de Rio Branco e as motivações para sair do seu país, um líder indígena afirmou:

Pesquisador: Como foi o deslocamento do seu país de origem à cidade de Rio Branco?

Lider Warao: Eu sou de Tucupita, Estado de Delta Amacuro e no ano de 2000, eu saí da minha comunidade e fui para a cidade e dentro da cidade, nunca pensamos em sair da cidade e vir para cá (Brasil) e em 2014, não tinham mais trabalho, não tinham o que comer para voltar à comunidade, não tinham comida, colheita, nada disso e por isso que muitos indígenas saíram e migraram para o Brasil. (Informação Verbal).

Pesquisador: E para outros países?

Lider Warao: Não, somente para o Brasil.

Pesquisador: E quando o senhor saiu da Venezuela?

Lider Warao: Eu sair da Venezuela para o Brasil em 2018 e depois voltei para a Venezuela, porque eu tinha casa, tinha televisão, e outros bens e vim para o Brasil em 14 de fevereiro de 2019, aí eu entrei para o Brasil para ficar. Eu fiquei 20 dias em Pacaraima (RR), 6 meses em Boa Vista (RR), 3 meses em Manaus (AM) e 2 dias em Porto Velho (RO). (Informação Verbal).

Pesquisador: O senhor já tinha algum familiar aqui em Rio Branco?

Lider Warao: Aqui já estava ela [ele aponta para sua prima] e outras famílias e semana passaram foram embora cinco famílias estavam aqui. Como eu estavam dizendo, os indígenas não ficam em um estado para sempre, por causa da cultura, vivem um mês, dois meses e vão para outro estado e assim, minha família chegaram em Brasília e também, tenho um irmão que está Goiânia – Goiás. (Informação Verbal).

Sobre como é ser migrante venezuelano Warao no Brasil, a liderança entrevistada responde:

Lider Warao: A maioria dos venezuelanos ficam só fazendo a coleta. Eu tenho conhecimento que os indígenas aqui no Brasil não trabalham, porque não tem trabalho, só fazem a coleta. Eu sei que no Brasil tem 13 milhões de pessoas desempregadas e os venezuelanos indígenas como que vamos conseguir trabalho? Primeiro que tem de conseguir trabalho é para o brasileiro.

Pesquisador: O que precisam para que possam viver melhor no Brasil?

Lider Warao: Eu tenho que conseguir um trabalho digno, pelo meu próprio suor, sem precisar do governo, com meus filhos na escola, eu conseguir pagar meu aluguel e não precisar ir pedir nas ruas e assim poderia viver digno, porque com meu trabalho pago meu aluguel, posso deixar dinheiro no banco e assim eu estaria feliz, mas eu não tenho trabalho, moro em um abrigo, como se fosse um preso, eu não tenho benefício do governo. (Informação verbal)⁹

Entidades da sociedade civil como a Pastoral do Migrante (PM), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), e instituições como a Defensoria Pública da União (DPU), o Ministério Público do Estado do Acre (MPAC) e a Defensoria Pública do Estado do Acre (DPE/AC) fizeram pressão para que o governo estadual acolhessem os Warao e desse o suporte

⁹ Entrevista realizada na cidade de Rio Branco (AC), no 16 de junho de 2021.



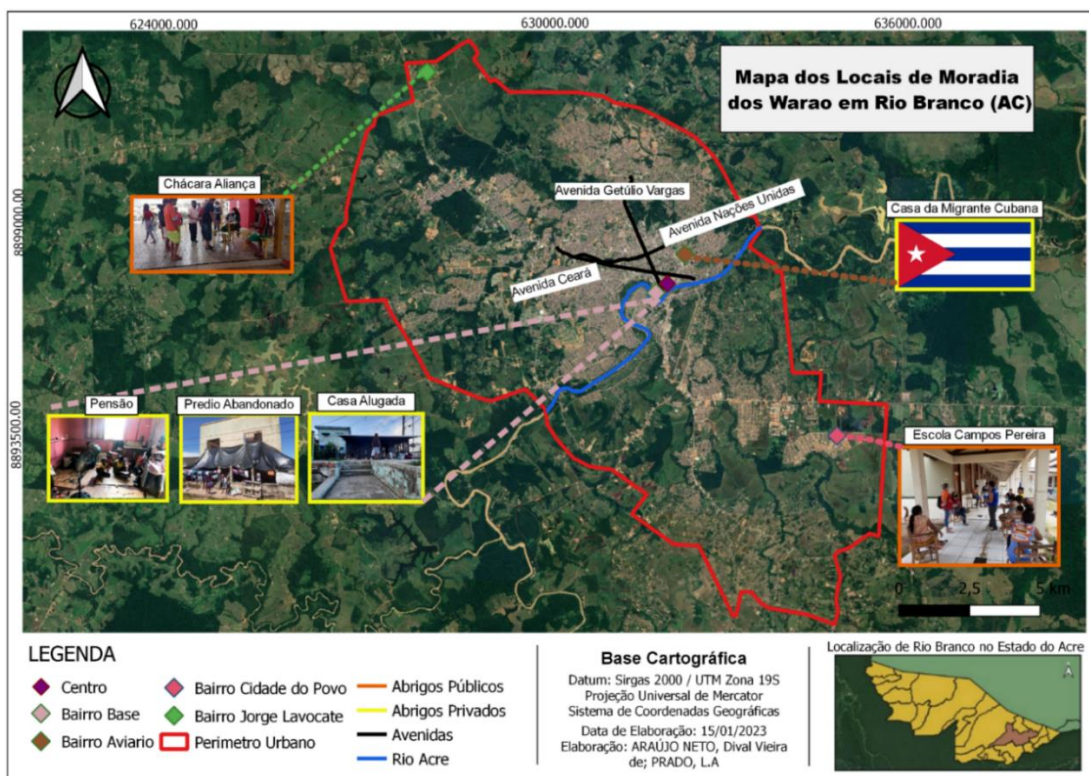
necessário para retirar das ruas idosos e crianças em condições de mendicância, o que ocorreu em março de 2020, seis meses após os primeiros grupos familiares chegarem em Rio Branco.

Segundo dados da Secretaria de Assistência do governo do Estado do Acre (2022), do CIMI (2022) e da Pastoral do Migrante (2022), foram registradas no estado do Acre a presença de 97 indígenas Warao, divididos em 22 famílias no período de setembro de 2020 a dezembro de 2022.

Assim, para abordar as estratégias de (r)existência dos indígenas Warao na cidade de Rio Branco, temos que dividir em quatro momentos, sendo: a) Mobilidade dos locais de acolhimento para os pontos de “coletas” de dinheiro e donativos nas ruas; b) Auxílio governamental; c) Auxílio das entidades da sociedade civil; e d) mobilidade para outros locais.

Dessa forma, os Warao ficaram alojados em cinco pontos de acolhimento na cidade de Rio Branco (AC), sendo: 1) Casa alugada no bairro Aviário (sobre tutela de uma imigrante cubana); 2) Apartamento/cômodo de preço popular no bairro Base; 3) Prédio abandonado no bairro Base; 4) Casa alugada no bairro Base; 5) Escola Campos Pereira no bairro Cidade do Povo; e 6) Chácara Aliança no bairro Jorge Lavocate. Esses dois últimos abrigos foram mantidos pelo governo estadual, conforme o mapa 03.

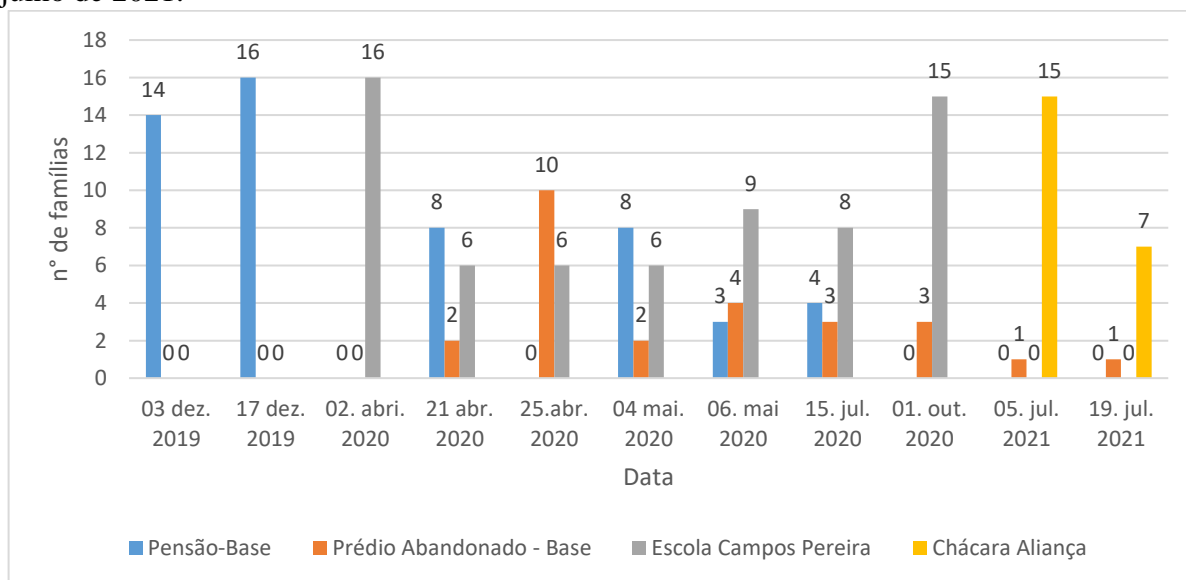
Mapa 03: Locais de moradia dos Warao em Rio Branco(AC)



Fonte: Org. do autor. (2023)

Como os Warao têm a característica de realizar o deslocamento em núcleos familiares, o CIMI (2021) quantificou os indígenas por família e por local de acolhimento. Assim podemos analisar no gráfico 01, em relação as famílias, que a partir do dia 03 de dezembro de 2019, iniciou com 14 famílias, posteriormente, chegaram mais duas famílias no registro do dia de 17 de dezembro de 2019. Esse quantitativo de 16 famílias ficou até outubro de 2020, quando chegaram mais duas famílias, totalizando 18, que ficaram em Rio Branco por nove meses. Já em julho de 2021, voltou a registrar a saída de duas famílias, voltando ao número de 16 no dia 05, e no dia 19 foram embora mais 8 famílias.

Gráfico 01: Famílias Warao residentes na Cidade de Rio Branco entre dezembro de 2019 a julho de 2021.



Fonte: CIMI (2021). Org pelo autor.

Na análise dos dados e nas observações de campo, os Warao, geralmente não realizam deslocamento sozinhos, mas sim por grupos e isso é umas das características da mobilidade Warao, mas também dos venezuelanos não-indígenas. Entretanto, o quantitativo de Warao que estiveram no estado do Acre, mais especificamente na cidade de Rio Branco, é pequeno se for comparado com a totalidade que está em território nacional, o que não muda o desafio do acolhimento desses imigrantes em solo acreano.

Temos no gráfico 02, o quantitativo de indígenas na cidade de Rio Branco (AC), de dezembro de 2019 a julho de 2021.



Gráfico 02: Quantitativo de indígenas Warao em Rio Branco de dezembro de 2019 a julho de 2021.



Fonte: CIMI (2021). Org pelo autor

Podemos analisar no gráfico 02, que no mês de dezembro de 2019, onde foi registrada duas vezes o quantitativo de Warao, teve uma acentuada, em função do acréscimo de 10 pessoas e em comparação com o mês de abril, teve aumento de mais 6 indígenas, que totalizou em 71 pessoas. Esse quantitativo ficou estável até o mês de maio de 2020, pois em julho, quatro indígenas saíram de Rio Branco. Entretanto, em outubro chegaram mais 14, somando as 81 pessoas, maior número registrado durante todo o período coletado.

Já em julho de 2021, que é o último mês do mapeamento realizado pelo Conselho Indígena Missionário (CIMI), temos nesse respectivo mês uma queda significativa em função de 43 indígenas terem ido embora do estado, e assim restaram 28 indígenas na capital Rio Branco.

Em relação aos locais de residências, podemos afirmar que os Warao estavam exercendo uma territorialidade no prédio abandonado no bairro Base por questão de estratégia, pois inicialmente estavam morando de aluguel na pensão no bairro Base. Entretanto, no dia 20 abril de 2020, já em contexto de pandemia de Covid-19, todas as 16 famílias foram transferidas para o bairro Cidade do Povo, mas 19 dias depois, 10 famílias voltaram para o bairro Base, sendo oito para pensão e duas no prédio abandonado. Nos demais registros, sempre havia a presença de indígenas Warao ocupando o prédio abandonado na Base, principalmente, porque não precisava pagar aluguel.

E quando as sete famílias foram embora no dia 23 de julho de 2021 da chácara Aliança, ficou apenas uma família que estavam no prédio abandonado que foi transferida para

o aluguel social, ainda na mesma rua do bairro Base e em trabalho de campo foi constatado, que a principal fonte de recursos financeiros é a coleta e ajuda de entidades da sociedade civil, bem como o recebimento de bolsa família.

Para entendermos a estratégia do pedido de coleta, iremos utilizar como ponto de referência o centro principal ou centro histórico da cidade de Rio Branco, com deslocamento diário dos imigrantes para os locais de moradia dos Warao. Isso porque mesmo havendo uma dinâmica de descentralização das atividades comerciais e de serviço, o centro histórico da cidade ainda é relevante, principalmente em cidades de porte médio como Rio Branco, que possui a historicidade do seu centro estar às margens do rio Acre.

Em relação a distância, temos as casas do bairro Aviário e o Base (Pensão/Prédio abandonado/Casa do aluguel Social), que ficam nas adjacências do centro e por isso a distância é no máximo 2 km. Já em relação a chácara Aliança, esta possui uma distância de 10 km do centro da cidade; a escola Campos Pereira, no bairro Cidade do Povo, possui uma distância de 15 km. Esses dois últimos locais foram os abrigos que passaram o maior tempo acolhidos e, pela distância, houve dificuldade de se deslocarem para a área central da cidade para a coleta.

Essa compreensão da distância é importante, pois as pesquisas de campo mostraram que os Warao estavam realizando a coleta nas principais ruas e avenidas da cidade, como a Avenida Ceará, Avenida Nações Unidas, Avenida Getúlio Vargas, dentre outras, que são vias urbanas que possuem grande fluxo de pessoas, comércio, serviços e que interligam ao centro e aos demais bairros da cidade. Ou seja, a distância percorrida pelos Warao desses locais sem estar nos abrigos (mais distantes do centro da cidade) era menor para realizar a coleta, sempre a pé.

Sendo assim, essa prática de mendicância nas cidades venezuelanas também se tornou “marca” da estratégia dos Warao em território brasileiro, após a chegada dos diversos grupos, e no Estado do Acre, não foi diferente como constatado nos trabalhos de campo realizada desde a chegada dos primeiros grupos na cidade de Rio Branco.

Já sobre os benefícios sociais, segundo dados do governo do Estado do Acre (2020), todas as famílias Warao que estavam em Rio Branco foram incluídas no Bolsa Família, mas os dados disponíveis apresentavam somente que apenas quatro famílias, sendo que uma família composta por nove pessoas, recebia R\$ 980,00; já outra família composta por duas pessoas recebia R\$ 179,00; outra com quatro componentes recebia R\$ 358,00 e a outra com três recebia R\$ 268,00.



Outro elemento a ser abordado é questão das profissões informadas pelos indígenas Warao, pois, podem nortear uma possível inserção no mercado de trabalho brasileiro e acreano. No levantamento das profissões dos Warao, 12 pessoas informaram para a Secretaria de Assistência do Estado do Acre a sua profissão, sendo oito homens e quatro mulheres de um universo de 97 pessoas, conforme temos na tabela 01.

Tabela 01: Profissões informadas pelos Warao no estado do Acre

HOMENS		MULHERES	
PROFISSÃO	QUANTI.	PROFISSÃO	QUANTI.
Agricultor	2	Artesã	4
Chapa (carregador)	1		
Ajudante de pedreiro/Agricultor /Repositor de Hortifruti	1		
Pescador/Agricultor/Artesão	1		
Ajudante de pedreiro/Roçador	1		
Roçador/Artesão	1		
Artesão	1		
Total	8		

Fonte: ACRE (2022). Org pelo autor

Na análise da tabela 01, todas as mulheres informaram que a sua profissão é artesã. Assim como as mulheres, os homens têm profissões que associam aos trabalhos desenvolvidos em seus territórios, e com a mobilidade para sociedade não indígena, realizam trabalho que não necessitam de formação acadêmica.

Já sobre trabalho de carteira assinada, a coordenadora do CIMI (AC) aborda que nenhum Warao teve registro no período que estavam no Acre, somente alguns trabalhos informais pontuais. Aborda ainda as dificuldades que os indígenas passaram para conseguir a carteira de trabalho, que por causa da pandemia, assim como vários documentos oficiais, estavam sendo emitido de forma online. Além disso ela comenta sobre alguns trabalhos feitos por eles, conforme relato a seguir:

A gente não conseguiu ajudar muito, porque logo veio a pandemia, logo no início de 2020, antes a gente ajudou tirando a carteira de trabalho para ver se eles conseguiam algum emprego, principalmente no programa Sine, mas também foi outra dificuldade, porque o Ministério do Trabalho não emitia a carteira física, e eles precisavam da carteira física. Ai só pelo aplicativo, e para se cadastrar no aplicativo, eles tinham que ter seu próprio aparelho [celular] e

muitos não tinha o aparelho. Então assim, a confusão foi grande, e de todos, somente uns três conseguiram fazer a carteira de trabalho, mas emprego mesmo, eles não chegaram a conseguir não, com carteira assinada não. Um ou outro conseguiu trabalhar como chapa, que é carregador de caminhão, foi um ou outro conseguiu trabalho no Ceasa [Central de Abastecimento de Rio Branco] ou em alguns supermercados. Foi muito pouco e não era coisa de registrar em carteira não, e era por diária também. Eles foram atrás de conseguir um trabalho através de conversas com alguns conhecidos da gente e foi assim encaminhando, foi muito pouco, não chegou a durar nem um mês, tipo assim trabalhava em coisa pontual, não era uma coisa fixa. Por isso foram só alguns indígenas que conseguiram, aí depois, como eles viram que alguns conseguia mais renda vendendo algo no semáforo, do que fazendo coleta, e eles sempre procurava a gente para saber o que dava certo para eles vender. Ai então alguns vendia água, outros vendia bombons de paçoca, um outro vendeu alho, a primeira compra do alho a gente ajudou. (Informação Verbal, coordenadora do CIMI/AC).

Um ponto importante mencionado nessa última fala é sobre eles terem vendido produtos alimentícios nas ruas, pois, isso demonstra que não somente é a coleta ou artesanato que os Warao utilizam para conseguir uma renda. Além disso, é nas ruas onde executam as diversas estratégias e é também onde conseguem os recursos para sobreviver, seja para obter a única renda ou para complementar a renda com os benefícios do governo federal como o Bolsa Família.

Outro elemento significativo é que os Warao trabalham com artesanato, principalmente relacionado ao Buriti, no qual, receberam ajuda com os materiais para fazer os produtos de instituições com a Pastoral do Migrante e o CIMI, pois, “Compramos material para eles produzirem pulseiras e colares, para que com valor arrecadado comprem outros materiais e conseguem fazer ‘capital’ de giro. O CIMI também ajudou com doações”. (Informação, vice coordenadora da Pastoral do Migrante/AC).

A coordenadora do CIMI aborda que diferente de outros Warao que estão em outras cidades do Brasil, os Warao em Rio Branco não possuíram muito êxito na confecção e venda de artesanato, pois:

Ai depois outra ação que a gente fez nesse sentido deles buscarem a renda, foi incentivar as mulheres a fazer o artesanato com miçanga, daí a gente incentivou e forneceu o material, mas infelizmente não foi muito avante, elas fizeram mais para uso próprio, mas não para gerar renda. (Informação Verbal, coordenadora do CIMI/AC, 11 de outubro de 2022).

Quando os imigrantes Warao estavam sobre o acolhimento de uma imigrante cubana, conforme abordado anteriormente, eles receberam incentivo para confeccionar o artesanato, e igualmente não avançou, dado que:

Os Warao ia para ruas pedir, juntamente com as crianças, e eles não ajudavam com o pagamento do aluguel e nem da energia.[...] Então eles ficavam mais nas coletas, inclusive, tentei através da Cáritas, que nos ajudava, juntamente com o Dr. Matheus [DPU], Dra Flavia, Solene, Fabio Fabricio [MPAC], Aurinete[Pastoral do Migrante], Maria da Luz [SEASDHM], e nós tentamos para que eles fizessem artesanato, e entregamos para os Warao materiais para fazer o artesanato. Eu falei muitas vezes para o senhor J., senhor A., então eram para os cinco chefes de famílias, eu não lembro o nome dos restantes e ai falei para que eles mesmo começassem a trabalhar, isso, porque na Venezuela, eles trabalhavam, mas nunca deu certo e depois eles foram para os abrigos, parece que não tentaram mais fazer o artesanato. (Informação Verbal, imigrante Cubana, 07 de outubro de 2022).

Portanto, é nas ruas e avenidas de Rio Branco que os indígenas Warao buscavam a sua fonte de renda através de suas estratégias de sobrevivência, desde a realização de coletas, pedindo doações, vendendo produtos alimentícios e o apoio de instituições públicas e da sociedade civil. Dessa forma, “A caminhada do Warao, nesse sentido, torna-se um ato de inscrição urbana que não liga os pontos, mas reconstrói as formas e movimento” (BELIK, 2022, p. 116).

Ao realizamos uma entrevista com um líder Warao, no dia 16 de julho de 2022, na chácara Aliança, momento em que possuía 23 indígenas no local e uma família composta por cinco pessoas residindo no bairro Base, o principal o meio de obtenção de recursos financeiros informado era pela coleta ou mendicância nas ruas da capital.

E sobre a questão da coleta, ele aborda:

Pesquisador: Como sobrevivem aqui na cidade?

Lider Warao: Aqui não tenho trabalho, tenho que sair para a rua para pedir algo e comprar comida, eu estou falando a verdade, porque não vou mentir para você. Então quando conseguimos R\$ 50,00 reais, mandamos para nossa família que está na Venezuela, e outro dia, se conseguimos R\$ 50,00 compramos comida para a gente.

Pesquisador: Horário de saída e volta? Quantas pessoas vão para a rua? Quanto consegue de recurso e para que?

Lider Warao: Vão 3, 4 pessoas, depende. Conseguimos uns 30, 40 reais, e pagamos táxi, é muito pouco e o restante é para comprar comida. Aqui no Acre, já acabou os indígenas no semáforo. A gente vai para as ruas umas 7h e



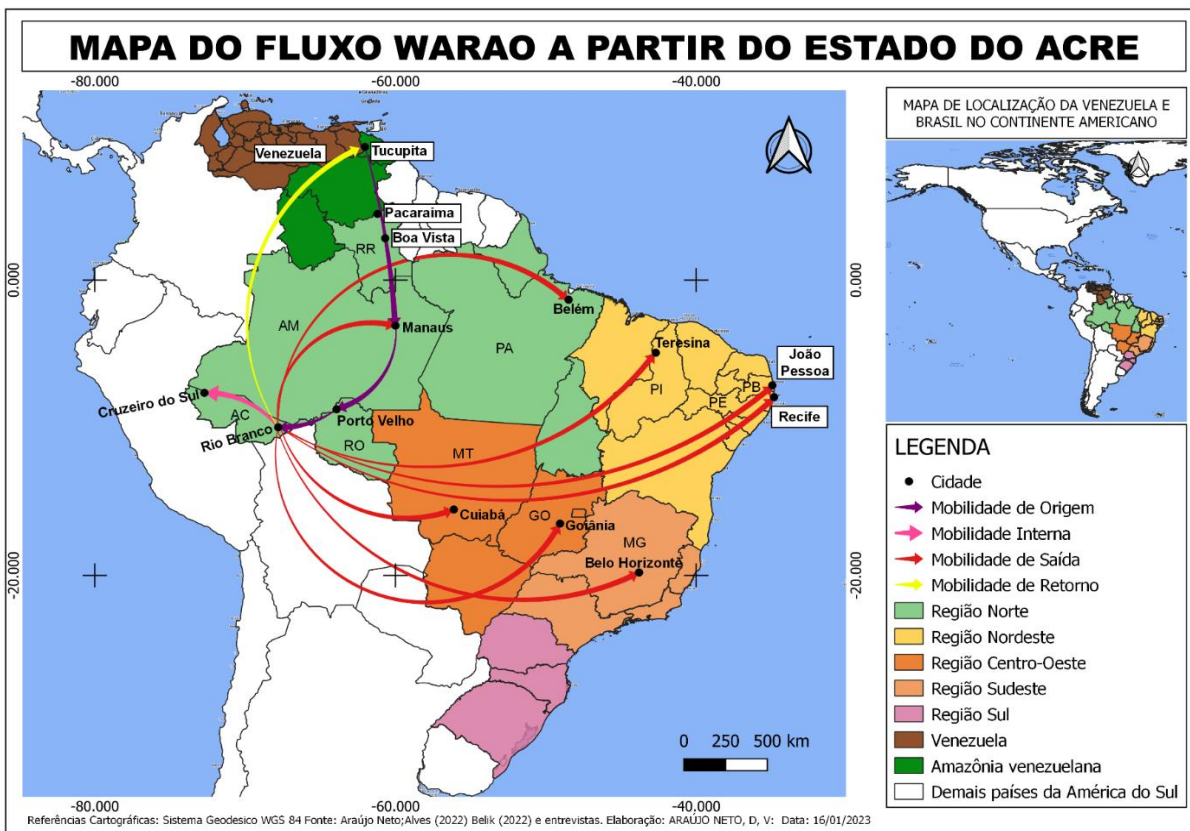
ficamos até umas 10h. (informação verbal, Rio Branco (AC), 16 de junho de 2022).

No entanto, quando estavam nas ruas e avenidas de Rio Branco os Warao sofriam com o preconceito, que é uma “cena” encontrada nos diversos estados brasileiros e também sofreram xenofobia. A respeito disso Costa et al (2022) afirmam:

[...] o preconceito e o racismo que os Warao têm encontrado no Acre são cruéis; primeiramente, pela condição de indígenas, que assim como os indígenas acreanos têm mais dificuldades de conseguir trabalho remunerado do que as demais pessoas. Como refugiados, o racismo e preconceito aos Warao foram agravados pelo não entendimento de seus modos de vida. (Costa et al, 2022).

Além disso, os Warao têm a mobilidade espacial como uma estratégia de existência, e de acordo com nossos campos e em diálogo com os próprios indígenas e servidores, foi constatado as migrações dos Warao a partir do estado do Acre, conforme espacializado no mapa 04.

Mapa 04: Fluxo Warao a partir do Estado do Acre



Org. pelo autor. (2023)

Assim dividimos em quatro momentos, sendo: a primeira denominada de origem, que é a rota utilizada para chegar ao Estado do Acre; a segunda denominada interna, que é movimento espacial dentro do estado para cidade de Cruzeiro do Sul, que é a segunda maior cidade do estado (que foi realizado de forma esporádica); a terceira é a de saída, que são os estados que os indígenas escolheram como destino, principalmente para locais onde já estão demais familiares e amigos; e a quarta é de retorno, quando eles se deslocam para a Venezuela, levar mantimentos e dinheiro para os familiares que estão no país de origem.

Portanto, a rede de imigrantes Warao na Amazônia Sul-ocidental está conectada com os demais estados brasileiros. E, mesmo fora de seus territórios originários e de seu país, esses imigrantes continuam sendo indígenas venezuelanos, pois, se reinventaram para tentar conseguir a sua existência nas cidades brasileiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os indígenas Warao, desde a colonização, sofrem com o processo de expropriação que os “forçam” a sair dos seus territórios e os inserem na sociedade não indígena e assim utilizam práticas para (r)existir. Já no estado do Acre, foi constatado a coleta/mendicância como principal estratégia de (r)existência. Desse modo, esse povo não está na lógica do trabalho assalariado, mas na relação metabólica da mobilidade/plasticidade, a lógica da dinâmica territorial, na qual os colocam em um estado de exclusão, através da coleta, que é a “principal” ferramenta de existir e (r)existir em outro território, que não é o território originário e sobretudo em outro país com leis e costumes diferentes.

Esta pesquisa trouxe reflexões a respeito das mobilidades espaciais e os condicionamentos históricos, econômicos e sociais do fenômeno Warao para o Brasil e no estado do Acre para situar sua dinâmica espacial e sociais. Isso permitiu refletir as repercussões gerais na região, desde as rotas utilizadas, as estratégias de (r)existência e as políticas executadas pelo estado e redes de apoio aos imigrantes.

REFERÊNCIAS

ACNUR. **Atuação do Acnur junto às redes locais em apoio à população indígena Warao no sudeste e sul do Brasil: boas práticas e lições aprendidas.** São Paulo: novembro/2019 a março/2021. 2021.

ACRE (Estado). **Informações demográficas sobre os venezuelanos indígenas Warao.** Rio Branco: Secretaria de Estado de Assistência Social, dos Direitos Humanos e de Políticas para as Mulheres. 2022.

ARAÚJO NETO, Dival Vieira de. **Migração venezuelana em tempos de pandemia de covid-19 na Amazônia Sul Ocidental**: O caso dos imigrantes indígenas Warao na cidade de Rio Branco (AC). Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2023.

AYALA LAFÉE-WILBERT, C; WILBERT, W. **La mujer Warao**: de recoleitora deltana a recoleitora urbana. Fundación La Salle de Ciencias Naturales, Instituto Caribe de Antropología y Sociología. Caracas, 2008.

BELIK, Daniel. Circulação e conexões Warao na Amazônia Ocidental. *In*: Os **Warao no Brasil**: diáspora, políticas e direitos indígenas. Carlos Alberto Marinho Cirino, Carmen Lúcia Silva Lima e Jenny González Muñoz (org.), Edições UERN. Mossoró, RN, 2022.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Peça Pericial** n.º 01.2017/Antropologia/PR-RR/SPBV/CRP-4. Boa Vista: Ministério Público Federal. 2017.

CIMI. Conselho indigenista Missionário. **Censo demográfico Warao no estado do Acre**. Rio Branco (AC): [s.ed.], 2021.

COSTA *et al.* Povo Warao Indígena Venezuelano no estado do Acre/Brasil: refúgio, sobrevivência, humanização das percepções e diferenças culturais. *In*: **Informalidade e proteção dos trabalhadores imigrantes**: navegando pelo humanitarismo, securitização e dignidade. Francis Pontes Virginio (org.) , Instituto Migração, Gênero e Raça Editores. – São Paulo: Outras Expressões, 2022.

GARCIA-CASTRO, Álvaro. Mendicidad indígena: Los Warao Urbanos. **Boletín Antropológico** N° 48. Mérida. p. 79-90, 2000.

GARCIA-CASTRO, Alvaro. Un asentamiento mixto Warao/criollo en el delta del Orinoco (Venezuela): El “barrio” indígena como estrategia de supervivência. 2015, Salamanca, **Anais**. X Congreso de Antropología Iberoamericana Salamanca. Salamanca, 2015.

ROSA, Marlise. **A mobilidade Warao no Brasil e os modos de gestão de uma população em trânsito**: reflexões a partir das experiências de Manaus-AM e de Belém-PA. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro (RJ). 2020.

XAVIER, Fernando César Costa. Direitos indígenas para imigrantes indígenas: o caso dos Warao no Brasil. **Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas**, Pouso Alegre, v. 37, n. 2: p. 383-414, jul./dez. 2021